

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA (ÚNICA REUNIÃO) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS

----- Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, no **Auditório da Vila de Caldelas - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos**, sita **Avenida Afonso Manuel Pereira de Azevedo**, da **Vila de Caldelas**, do Concelho de Amares, realizou a Assembleia Municipal de Amares a **Segunda Sessão Ordinária** do corrente ano, única reunião, a que presidiu o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa - **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária - **Maria Gracinda Viegas Ferreira Louro Faustino** e pela Segunda Secretária - **Sofia Amélia Araújo Pinto**, e em que participaram os excelentíssimos membros: **Grupo Municipal do Partido Socialista**: Francisco António Pereira Alves, Sofia Raquel Fernandes de Sousa, João Batista Veloso, Mário Mendes, Paula Filomena Ferreira da Silva, João Luís Pereira Teixeira, Valéria da Silva, António Manuel Guedes Pereira (Regime de Substituição) e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: de Dornelas – Reny Manuel Vilela Xavier (Representante legal), de Bouro (Santa Maria) - Elisabete Barbosa da Cunha e da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros – Paulo Jorge Almeida Gomes; **Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro**: José Lopes Gonçalves Barbosa, António Jorge Ferreira Pinto, Manuel Moreira Bastos, José Maria Fernandes da Silva e pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos – José Manuel Fernandes de Almeida, de Fiscal - Augusto Fernandes Rodrigues Macedo, de Goães - Adelino José Peixoto de Sousa, de Lago – Delfim Manuel Silva Rodrigues, de Rendufe – Domingos de Almeida Alves e União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas – Rui Manuel Maia Tomada; **Grupo Municipal do Partido Social Democrata**: Elisabete Maria Martins de Macedo, Martinho Gonçalves Antunes Braga e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Amares e Figueiredo – João da Silva Martins (Representante legal), de Bouro (Santa Marta) - Carlos Manuel Vilela Pereira Portela e de Carrazedo – João Manuel Vieira Soares; **Grupo Municipal do CDS-PP**: Rafael Jesus Santos Pereira (em regime de substituição), Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro e o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barreiros – Silvério de Jesus Barroso da Silva; **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária**: Amândio Jorge da Cunha Antunes; **Presidentes de Juntas de Freguesia – Mandatos Independentes**: da Freguesia de Bico - Fernando Daniel Fernandes Soares, Freguesia de Caires - Pedro António Rodrigues da Silva e da União das Freguesias de Torre e Portela – António Emanuel Afonso Ribeiro. -----

O sr. Presidente da Mesa da Assembleia, informou que o membro **João Maria Gonçalves Pereira de Oliveira**, integrado no Grupo Municipal do Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular e **João Carlos Taveira Ribeiro**, integrado no Grupo Municipal do Partido Socialista, comunicaram, por escrito, que se faziam substituir pelos eleitos imediatamente a seguir nas respetivas listas, **Rafael Jesus Santos Pereira** (Lista CDS-PP), no período entre 18 de abril e 15 de

maio de 2016 e **António Manuel Guedes Pereira** (Lista PS), no dia 23 de abril de 2016, respetivamente, que haviam sido devidamente convocados. Seguidamente, comunicou que os srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de: Dornelas - **António de Araújo Paredes**, integrado no Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS) e da União de Freguesias de Amares e Figueiredo - **Alberto Martinho Antunes** (GMPSD), respetivamente, comunicaram, por escrito, nos termos do disposto na al. c), do artº 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se faziam representar, pelos representantes legais por eles designados, sendo: **Reny Manuel Vilela Xavier** – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Dornelas, no dia vinte e três de abril de dois mil e dezasseis, e – **João da Silva Martins** – Tesoureiro da Junta de Freguesia da união de Freguesias de Amares e Figueiredo, no dia vinte e três de abril de dois mil e dezasseis, respetivamente, que se encontravam presentes na sala. Tendo-lhes sido verificada as suas identidades e legitimidades, passaram os mesmos a participar. -----

AUSÊNCIAS: Verificado o mapa de presenças e feita a chamada foram registadas as seguintes ausências: membro **João Luís Veloso Alves Esteves** (MIAP), que apresentou, por escrito, justificação em conformidade com o Regimento desta Assembleia Municipal. -----

PRESENCAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO:- Estiveram presentes os excelentíssimos Presidente da Câmara Municipal senhor Manuel da Rocha Moreira, o sr. Vice-Presidente Isidro Gomes de Araújo e os senhores Vereadores: Jorge José Tinoco Ferreira, Sara Raquel Marques Ribeiro Leite, Sandro Miguel de Macedo Peixoto, Cidália Maria Alves de Abreu e Maria Filomena da Silva Araújo. -----

Secretariaram a reunião o Técnico Superior - Rui Agostinho Gonçalves Veloso e a Coordenadora Técnica - Augusta Luísa Pinheiro Fernandes da Silva, que haviam sido designados para o efeito. -

A Ordem do Dia para esta sessão era a seguinte: -----

PONTO 1 – TOMADA DE CONHECIMENTO - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – ANO 2015 (Deliberação da C.M. de 2016/03/14); -----

PONTO 2 – TOMADA DE CONHECIMENTO - RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES - ROC; -----

PONTO 3 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2015 (Deliberação da C.M. de 2016/04/11); -----

PONTO 4 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL – ANO 2016 (Deliberação da C.M. de 2016/04/11); -----

PONTO 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO (Deliberação da C.M. de 2016/04/11); -----

PONTO 6 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL (VID. D.L. N.º 165/2014, DE 15 DE NOVEMBRO) – REQ. ROSA DE FÁTIMA DA SILVA CALDAS GUERRA – LOCAL: BARBADÃES – DORNELAS (Deliberação da C.M. de 2016/04/11). -----

Às vinte e uma horas e trinta minutos, verificando-se que estava reunido quórum e em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 13.º do Regimento desta Assembleia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. Agradeceu o convite da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, permitindo desta forma continuar a realizar as Assembleias Municipais de uma forma descentralizada e, assim, permitir uma proximidade com as populações o que é sempre muito bom para a democracia e a sua participação. -----

----- **ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA de 2016:**- Tendo o texto da ata indicada em epígrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Assembleia Municipal, foi dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no artº 57.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Observadas as retificações sugeridas, o sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da 1.ª Sessão Ordinária de 2016, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção. Declaração de Voto: o Membro António Manuel Guedes Pereira declarou que se absteve da votação, pois não havia participado na referida sessão. -----

----- **VOTO DE PESAR:** O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia leu em voz alta o voto de pesar apresentado à Mesa pelo Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS): “Os elementos da Bancada Partido Socialista apresentaram um voto de sentido pesar pelo falecimento do senhor António Albano Pereira da Silva, pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caires, Pedro António Rodrigues da Silva. À sua alma desejamos em paz e ao senhor Presidente da Junta da Freguesia de Caires, bem como a toda a sua família, apresentamos aqui, com profundo pesar, a toda a nossa solidariedade e as nossas sentidas condolências!” Sob aprovação, ao momento juntaram-se todos os presentes na sala, tendo sido guardado um minuto de silêncio e em pé. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ANÁLISE À ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES** (al. c), do n.º 2, do artº 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALDELAS, SEQUEIROS E PARANHOS:**- Agradeceu à Assembleia Municipal na pessoa do Sr. Presidente da Mesa a honra que lhes dá de estarem hoje no Auditório de Caldelas nesta atividade tão nobre de uma Assembleia Municipal e perto de um dia também histórico que é a comemoração do 25 de Abril de 1974. Considerando que era a segunda vez que se realizava naquele espaço uma sessão da Assembleia Municipal e da União de Freguesia de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, manifestou

o sentido agradecimento pela honra que lhes deram e enfatizou que, sempre que entendessem, as portas estavam abertas. Fez votos que a Sessão desta Assembleia Municipal decorresse com normalidade. -----

----- **ELISABETE MARIA MARTINS DE MACEDO:**- Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias Caldelas, Sequeiros e Paranhos pela disponibilidade e amabilidade em receber esta Assembleia Municipal. Deixou algumas palavras sobre o querido Chefe Silva de seu nome António da Silva que ainda iriam homenagear naquele mesmo dia. Referiu que António da Silva, nascido em Caldelas, a 29 de março de 1934, por motivos profissionais cedo teve de abandonar a sua Terra Natal, pela qual nutria um amor imenso. É, pois, em Lisboa que começa a trabalhar em vários hotéis. Pensava em ser empregado de mesa para andar sempre limpinho e de laço. São palavras do mesmo numa entrevista, sendo que o gosto pela culinária, que ganhou com a mãe, determinou o seu caminho. Aos vinte e quatro anos foi para Lourenço Marques, onde também trabalhou em vários hotéis de renome. De regresso a Lisboa, terminou o curso na Escola de Hotelaria dessa cidade com distinção. Trabalhou no Hotel Avenida Palace. Deu aulas de culinária e lá abriu o seu próprio restaurante. Durante trinta anos foi diretor técnico da Revista Teleculinária, onde promoveu e deu a conhecer muitas receitas da cozinha tradicional minhota. Foi também através de vários programas de televisão que esteve na RTP e promoveu a sua Terra, as suas gentes e a sua gastronomia. Mais recentemente, através do programa Praça da Alegria, foi um digno embaixador do nosso Festival das Papas de Sarrabulho. Pelo reconhecimento do seu trabalho, foi agraciado com vários prémios e medalhas. E foi igualmente convidado a fazer parte de várias confrarias gastronómicas. Também a sua Terra e as suas gentes jamais o esquecerão. Exemplo disso era a homenagem com descerramento do seu busto que se iria realizar após esta Sessão da Assembleia Municipal. Por último, lembrou o excerto de uma entrevista que o Chefe Silva deu ao Jornal Terras do Homem, em março de dois mil e seis e que dizia, citou: “O Minho é metade de minha alma e metade do meu coração. No Minho como muito bem, tal como em muitos outros locais do país. Mas o Minho é sempre o Minho. É ao Minho que vou pelo Natal, pelos Santos, pela Páscoa e sempre que posso. É a minha Terra. O Minho e a sua gente está sempre no meu coração, mas Amares e Caldelas nem se fala. Devo confessar que o que eu gostava mesmo era de viver o resto da minha vida em Caldelas.” --

----- **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO:**- Em nome do Grupo Municipal do CDS-PP agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia anfitriã pela receção feita e como tem sido apanágio desta Assembleia Municipal. Deixava claro que é bom que em Freguesias como esta em que claramente defendem que têm potencial muito grande para o crescimento do Concelho, nomeadamente no aspeto do Turismo e onde a seguir e felizmente do ponto de vista da identidade local, preservem a memória. Terão uma inauguração a seguir e com a qual, desse ponto de vista, estão satisfeitos com esta preservação da memória local dos grandes nomes desta Terra. Entretanto, deixava uma outra recomendação, pois, quando falam em turismo e falam em territórios como este, nomeadamente de baixa densidade, estão perante situações que aceleram a grande ritmo as questões ligadas ao despovoamento e que atrás deste vem a ausência de Serviços.

É hoje a Escola, os Serviços de Saúde e sabe-se lá o que virá amanhã. E portanto, é preciso inverter estas tendências. E esse trabalho passa e muito pelo trabalho de casa, quer ao nível da Assembleia Municipal, quer fundamentalmente ao nível do Executivo Camarário. É preciso olhar para estes territórios e criar condições para que eles se possam desenvolver do ponto de vista local. Deixou a recomendação e, porque se o turismo é aqui um motor de desenvolvimento, é evidente que precisam desde logo de apostar na imagem, no marketing externo. Mas é preciso fazer desde já o marketing interno. É pena que entrem ou passem próximo do concelho de Amares e naquilo que é a identificação da riqueza patrimonial concelhia não se tenha ainda em Amares a capacidade de o tornar muito claro. Era preciso fazer isso. Já se perdeu muito com o desvio que tem sido feito para um dos pólos mais agregadores da Região Norte, que é o São Bento da Porta Aberta. Sabem que parte desses turistas já desviaram a sua rota, mas é importante que aqueles que por aqui passam saibam que há territórios, nomeadamente como Caldelas que tem potencial e que se não for nesse dia, noutro devem cá voltar. -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO:-** O Movimento Independente Amares Primeiro associa-se a todos aqueles que prestam a merecida homenagem ao notável amarense António da Silva, mais conhecido por Chefe Silva. É propósito do MIAP destacar o homem simples e humilde, interiormente belo, dotado de particular sentido de humor. Dizia ele: “O segredo está no bolso, ando sempre com giz. Se há nódoa na farda passamos por cima está pronto.” Recorreram a uma entrevista do Jornal Correio da Manhã, em junho de dois mil e oito, a propósito da publicação da sua autobiografia e da qual destacaram algumas partes da entrevista, citou: “CM: Disse-me que anda à procura do n.º 1 do Correio da Manhã. CS: Ando. Tenho lá em casa, mas volta e meia a minha nora arruma e desarruma as coisas e, depois, não sei onde param. CM: trazia alguma coisa de culinária. CS: Não. O jornal saiu e eu gostei. Durante muitos anos colaborei com as revistas do Correio da Manhã. É uma relação privilegiada. CM: Aos setenta e quatro anos chega o livro com a sua história. CS: Ainda não o li, só vi a capa. CM: Não sabia o título do livro. CM: E o que achou do título. CS: Achei sugestivo. Enfim, nem todos podem ser o Chefe Silva e atravessei uma fase dourada da cozinha portuguesa e não posso esquecer, mas estou sempre a aprender. Um amigo aqui há disse-me «eu gostava de saber metade do que você sabe» e que respondi, «Ó doutor eu gostava de saber metade daquilo que não sei».” Disse que não adiantava muito mais estar a falar do Chefe Silva e da pessoa que ele foi. Naturalmente que foi um representante excelente da cozinha tradicional portuguesa, quer internamente, quer externamente a nível internacional. De resto a colega que o precedeu já havia dito parte do que ia dizer e, por isso, não o repetiria. Simplesmente ele escolheu como última morada Amares, exatamente, Caldelas neste caso, e, por isso, acha que todas as homenagens que se lhe possam prestar são merecidas. -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES:-** Relativamente ao ato solene que iria acontecer em Caldelas de seguida homenageando o Chefe António Silva, apenas queriam dizer que estão inteiramente com esta homenagem não só na proposta inicial que fizeram e fora aceite em conferência de líderes e transmitida como sugestão ao Executivo Municipal. Já falaram deste assunto exatamente na altura do falecimento do Chefe António Silva. Foi uma primeira

homenagem, uma abordagem à sua memória. Naquele mesmo dia iriam vão fazê-lo de uma forma material e de uma forma física, homenageando aquele que levou Amares para além fronteiras. De seguida, transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à continuidade da sua intervenção: “Em nome do Partido Socialista, quero apresentar, aqui, os nossos agradecimentos por esta acolhedora receção de todos nós, à Freguesia de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, à sua população e eleitos locais, na pessoa do Senhor Presidente de Junta, José Manuel Fernandes de Almeida. Estamos numa terra habituada a receber bem e a oferecer o seu melhor a quem a visita, pelas águas termais que possui, pelo espaço privilegiado com que a natureza a dotou, pela sua história, orgulho do passado que honra o presente, concretamente na área do turismo, um filão que bem merece ser mais apoiado para que a economia local ressurgja, vencendo a crise dos tempos que correm, a qual se repercute também na população desta estância balnear, onde, outrora, o termalismo e as atividades afins eram a principal fonte de emprego e sustento das famílias. Como pessoas atentas e amigas do nosso concelho, devemos dedicar a todas as suas localidades, a nossa melhor prestação, independentemente dos sectores de atividade onde desempenhemos cargos ou funções, sempre com o intuito de servir, ajudando a proporcionar, através do seu desenvolvimento, a melhor qualidade de vida para as pessoas que nela vivem. Se o fazemos, simplesmente, como gente dedicada, com mais obrigação o deveremos fazer como autarcas eleitos. Através da atividade política, nos partidos que representamos, podemos e devemos, com empenho, entrega e muito trabalho, desenvolver e implementar ideias, projetos, estratégias e ações que, de forma plural, vasta e integradora, nos conduzam a limiares de desenvolvimento e conseqüente bem-estar social. Foi para isso que fomos eleitos! É para isso que aqui chegámos! É para isso que cá estamos. Este será um estímulo e uma alavanca para minorarmos os efeitos de uma crise económica que nos afeta, com reflexos muito negativos na vida das pessoas, designadamente no que diz respeito ao elevado desemprego, aos crescentes índices de pobreza e à conseqüente degradação das condições sociais que, comprovadamente, não precisam de medidas cegas de austeridade, mas antes de agilização e arrojo, criando incentivos e condições sociais e económicas para que a existência de maior poder de compra desperte a produção local e nacional bem como a sua preferência, a dita produção/consumo internos, um comportamento que, cada vez mais, deve ser assumido como um ato de cidadania, um ato de mobilização coletiva, dando mais valor ao que é nosso, à nossa agricultura e às nossas indústrias com repercussões sadias para as localidades onde vivemos e, claro, também para o país. É, assim, que, estando reunida, aqui, a Assembleia Municipal de Amares, podemos, de algum modo, ajudar na promoção de tudo quanto cá temos de melhor, para oferecer e pôr na mesa àqueles que nos visitam. E Caldelas, em pleno coração do Minho, é um destino ideal para conhecer, explorar a região e usufruir dos vários roteiros turísticos, gastronómicos, históricos, culturais, ambientais e de lazer, para além do natural relaxe, bem-estar e das principais disposições terapêuticas das Termas de Caldelas, como o tratamento de perturbações do aparelho digestivo, vias respiratórias, pele e reumatismo, benefícios estes que aliados a um programa termal diferenciado podem oferecer a quem nos procura e nos visita para tratamento, para um

saudável repouso e fuga ao *stress* do dia-a-dia. O Partido Socialista sugere para isso que seja alcançado mais valor para o património da Freguesia de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, com uma inegável história ligada às Termas; à gastronomia local com o valioso impulso do saudoso Chefe António Silva e da imagem que dele preservamos; à animação termal atrativa para quem nos visita, recorrendo ao associativismo concelhio, porque é nosso, promovendo, assim, a nossa identidade e a nossa cultura que cada associação bem sabe manifestar; a uma necessária ligação com os promotores locais nas diferenciadas áreas produtivas; à manutenção atenta do percurso pedonal do Alvito cujas margens foram requalificadas através de um projeto promovido e aprovado no mandato anterior; a distintos circuitos pedonais com que a natureza dotou esta localidade do Concelho de Amares, tais como, entre outros, o de Santo Ovídio e S. Pedro Fins, capela meeira com a Freguesia de Caires, o do esporão de S. Sebastião, antigo povoado dos Brácaros (Celtas), depois pelos romanos; o de Paranhos, terra de Paramo ou Amadigo, de acordo com as inquirições de 1290, promovidas pelo Rei D. Dinis, terra onde, em termos gastronómicos, o badulaque, ou bazulaque, iguaria feita de miudezas das suas rezes, fartava os convivas dos festins das bodas e das malhadas; as visitas à Ponte medieval sobre o rio Homem; as visitas à Igreja Matriz cuja história e seus interventores vale a pena divulgar. Por exemplo quem conhece a inscrição no sino maior da torre a dizer: “*Quando eu soar, ouvi-me*”. Enfim, muitas outras e surpreendentes curiosidades para quem aqui vem, podiam, aqui, ser referidas. Ficámo-nos pela nossa disponibilidade em contribuir para a sua inventariação. Introduzimos, no entanto, aqui a mais valia que seria para Caldelas, em particular, e Amares, em geral, a construção de um campo de golfe, desde a piscina, margem esquerda do Alvito até Paranhos, com uma faixa de entrada ascendente e outra descendente, com 18 buracos. Se houver esforços para se atrair interessados desde o Golfe em Portugal, o Turismo do Norte de Portugal, a hotelaria voltaria a ser rentável, as termas beneficiadas e a população conseguiria mais e melhor emprego. Precisa-se, também, de uma atenção especial para as construções, umas antigas, outras mais recentes que se ficaram pelas obras inacabadas, projetos não concretizados, a serem ocultadas por silvas e outras arribadeiras, construções essas que em nada dignificam a localidade em que nos encontramos. Mãos à obra, pois, com soluções do poder local, ou com o recurso a programas comunitários que despoletem e devolvam a Caldelas a notável roda-viva laboral dos tempos áureos de que muitos dos presentes ainda se lembram e, de tudo quanto acabamos de dizer, são, hoje, as melhores testemunhas. Boa tarde e obrigado! As intervenções serão transcritas para o texto da Ata.” -----

----- **MANUEL MOREIRA BASTOS**:- Agradeceu à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos a amabilidade de os receberem neste local e a disponibilização do mesmo. Em Abril de dois mil e catorze, o governo do PSD/CDS decidiu encerrar a Extensão de Saúde de Caldelas, da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados “Viver Mais” integrado no Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Cávado II – Gerês/Cabreira. Esta decisão foi o culminar de um processo de reorganização da oferta assistencial do concelho de Amares levado a efeito pelos sucessivos governos cujo desfecho estava a ser acompanhado pelo então Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Barbosa. Com efeito, o Movimento Independente em parceria com a

Junta de Freguesia de Caldelas de então, encetou diálogos com os representantes do ACES Cávado II e da ARS e disponibilizou um espaço alternativo, a EB1 de Caldelas, para que aí fosse instalada a Unidade Local de Cuidados de Saúde. Entretanto, enquanto a gestão municipal presidida pelo Sr. José Barbosa criava todas as condições para que os Caldelenses continuassem a beneficiar daquele Serviço, outros tantos, tais como os representantes do PS, do PSD, do CDS/PP e do Partido Comunista, em plenas campanhas eleitorais, agitavam as suas bandeirinhas em torno deste assunto. E prometiam, prometiam mas nada saiu. Posteriormente, após o ato eleitoral, o então recém-empossado Presidente da Câmara Municipal, Sr. Manuel Moreira, garantiu que iria lutar até ao fim pela manutenção dos cuidados de saúde públicos na Vila Termal de Caldelas, onde seria criada uma Unidade de Saúde Familiar. Em ato contínuo, após ter reunido com os deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo de Braga, realçou ainda de forma entusiasta, citou: “Este Governo do PSD tem tido uma política desastrosa. O PS tem que pegar no leme ou então este país não tem conserto.” Vai daí o Governo encerrou a referida extensão de saúde e um candidato do Partido Socialista ao Parlamento Europeu, líder distrital de Braga, Sr. Fernando Moniz, veio à Freguesia de Caldelas garantir que quando o PS fosse para o Governo reabriria aquela Unidade de Saúde. Perguntou: volvidos três anos o que tem o Sr. Presidente a dizer à população Caldelense? O que resta dos acenos e bandeirinhas levantadas? O que resta das vãs promessas? Sr. Presidente, o Senhor que é das fileiras do Partido Socialista, que é considerado um histórico do partido que Governa os destinos da Nação, está agora em condições de cumprir as vossas promessas eleitorais ou eleitoralistas! Perguntou: Não deveis agora junto do Governo, munido do entusiasmo de outrora, encetar todos os esforços com vista a resolução de um problema que afeta gravemente a qualidade de vida dos habitantes de Caldelas? -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos a magnífica receção que fez a esta Assembleia num espaço maravilhoso. Disse ser um prazer imenso estar em Caldelas, uma localidade de gente boa. Agradeceu as recomendações feitas pelo Sr. Dr. Vítor Patrício, pois tem pugnado por um Concelho turístico e é de facto necessário fazer mais. Mas também o têm feito. Durante estes três anos fizeram mais do que doze anos para trás em termos de promoção do Concelho de Amares. Têm-no feito de uma forma agressiva e de uma forma consistente, sobretudo procurando de facto valorizar o património Concelhio, os seus produtos, seus valores e sua identidade. Porém, concorda que é preciso fazer muito mais. Várias vezes se dão conta a pensar que tanta gente caminha para o S. Bento da Porta Aberta e na forma como fazer com que as pessoas também visitem Abadia, parem em Bouro ou façam uma deslocação a Caldelas. Esta é uma missão que é de todos. É necessário continuar a caminhar, muito convencidos que Amares só consegue avançar se forem capazes de afirmar Amares turisticamente. Entretanto, recorda que Amares já não é um Concelho de baixa densidade, pois é urbano. Embora não perceba. Já reclamou junto do Ministro e da Associação Nacional de Municípios Portugueses e estão de facto condicionados como Concelho urbano a par de Vila Verde, Terras de Bouro e Póvoa da Lanhoso. Em relação ao discurso exaustivo que apela à sua vertente socialista, recorda que a mantém com

certeza. É sabido que lutou e continuará a lutar pela Extensão do Centro de Saúde. O Sr. José Barbosa também lutou, pouco fez, reclama para si o que foi feito, pois lutou de facto. Não conseguiram. Foram com a Comissão de Utentes de Caldelas ao Porto e trabalharam imenso. Não foi possível. E se for preciso ir à guerra vai outra vez. Esta é uma vertente importante para o Caldelenses e estará claramente disponível para lutar de uma forma agressiva sempre ao lado do povo. -----

----- **SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Informou que havia sido entregue à Mesa da Assembleia Municipal uma moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU e considerando alguns pedidos formulados à Mesa procedeu à abertura de um espaço para o uso da palavra. -----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA:-** O assunto introduzido por esta moção é um assunto que tem a sua complexidade, é estruturante e é sensível. Mexe naturalmente com as pessoas. Crê que introduzi-lo assim de uma forma tão breve nesta Assembleia, sem que tenham tido a oportunidade de apreciar e de refletir sobre esta matéria, sobretudo pelo facto dos membros não terem tido acesso a um documento escrito para cada um possa analisar com alguma serenidade. Crê e apelava ao proponente, uma vez que é o autor da moção, se podia, então, retirar a moção e introduzi-la numa próxima Assembleia, porque da parte do PSD iriam votar contra a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO:-** Acha que o assunto é complexo. Corroboram o que havia acabado de ser dito, pois também é um assunto polémico. O que se passou anteriormente diz-lhes exatamente isso. Pensa que o tempo decorrido desde que se instituiu as agregações de Freguesias aconselha-os a ter alguma prudência e, portanto, nesta questão também acha que repetia o que o membro Martinho Braga dissera, de retirar esta moção, porque também vão votar contra na inclusão na Ordem do Dia. -----

----- **SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Procedeu à leitura em voz alta da seguinte moção: “O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a Lei n.º 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa. A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do estado a extinção/agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. A reforma administrativa imposta pelo Governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se

confrontaram as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. Assim, a Assembleia Municipal de Amares, reunida a dezassete de junho de dois mil e dezasseis, delibera: 1- Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; 2- Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da república no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de dois mil e dezassete.” -----

No final da leitura e tendo em conta que os membros da Assembleia Municipal não tiveram acesso ao documento e nem a um período de análise cuidada, o proponente, acolhendo todos os considerandos, comunicou à mesa a intenção de retirar a Moção, que será submetida à próxima sessão ordinária. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM:- TOMADA DE CONHECIMENTO - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – ANO 2015 (Deliberação da C.M. de 2016/03/14); -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – ANO 2015 (Deliberação da C.M. de 2016/03/14); -----

PONTO DOIS:- TOMADA DE CONHECIMENTO - RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES - ROC; -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES - ROC; -----

PONTO TRÊS:- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2015 (Deliberação da C.M. de 2016/04/11); -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à sua intervenção: “Previamente à colocação em discussão dos documentos de prestação de contas do ano de 2015 gostaria de fazer umas pequenas considerações acerca do Relatório de gestão e sobretudo dos resultados que o mesmo espelha. O Relatório de Gestão, que o órgão executivo desta autarquia aqui apresenta, traça o panorama financeiro municipal do ano transato, permitindo concluir, a partir de uma análise cuidada, que em 2015 as finanças municipais foram geridas de forma rigorosa, tendo originado um resultado positivo, superior a

117 mil de euros, ao contrário de anos transatos que tem sido negativo. Por outro lado, no que respeita à taxa de execução orçamental, a mesma atingiu o valor mais elevado dos últimos dois anos, quer em matéria de receita, quer no que se refere à despesa. Em 31 de dezembro de 2015 atingiu-se uma taxa de execução superior a 96% quer na receita quer na despesa. Uma análise mais aprofundada do relatório permite concluir que a execução da receita global atingiu 96,5% e que a execução da despesa global alcançou 97,6% - um crescimento de 1.2% em matéria de arrecadação de receita e um crescimento de 4.1% na execução da despesa global. Todos estes dados e resultados devem deixar-nos a todos claramente satisfeitos. Os dados hoje em análise revelam que, em 2015, no que respeita, designadamente, à execução da receita global, se ultrapassou nitidamente a taxa de execução orçamental dos anos de 2013 e 2014. Devendo ser lembrado que no ano de 2013 a referida execução orçamental em matéria de receita não atingiu sequer os 80%, violando-se o disposto na Lei das Finanças Locais que determina que a taxa de execução da receita prevista seja superior a 85%. Limite este que em 2015 foi absolutamente respeitado. **Assim, podemos, desde já, concluir que, de forma global, o orçamento para o ano de 2015 foi um orçamento rigoroso e não empolado, quer em matéria de previsão de receita, quer em matéria de previsão de despesa. Em 2015, esta Câmara Municipal teve um orçamento realista e uma execução assertiva.**

B - Desenvolvimento: Análise Pormenorizada: Examinando de forma pormenorizada o vertido no Relatório de Gestão aqui em causa, retira-se que: - Em matéria de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, isto é, em matéria de despesa de investimento ou de capital, o investimento total ultrapassou **os 3 milhões de euros (3.458.120,83€)**: Mas destes mais de três milhões, **25.5%**, isto é, **mais de 892 mil euros, foram investidos em funções sociais**; Superior a este valor só mesmo o verificado na rubrica outras funções que engloba os empréstimos e subsídios ao investimento e transferências de capital para Juntas de Freguesia. Comparativamente com 2014, o valor das despesas com investimento diminuiu 2.2% o que se deveu não a um menor investimento nas pessoas, mas sim ao decréscimo, sobretudo dos **“passivos financeiros”**, fruto da diminuição dos montantes de amortizações, pois globalmente o investimento em 2015 cresceu 24,7% relativamente a 2014. - Ainda no que respeita ao investimento, o executivo realizou em empreitadas quase um milhão e meio de euros (1.468.942,81€) e cerca de um milhão na aquisição de bens e materiais de construção para as freguesias, o que representa um investimento nas freguesias com obras de cerca de 21% no cômputo global do orçamento municipal. Feitas as contas verifica-se que, em 2015, o peso do Investimento no cômputo global da despesa fixou-se em 29% - o valor mais alto dos últimos 3 anos. - No que respeita às despesas correntes destaca-se uma diminuição, em relação a 2014, das **despesas com pessoal e de juros e outros encargos**, num total de 44%. - O peso do custo das despesas com Pessoal no cômputo global da despesa fixou-se em 30.3% - o valor mais baixo dos últimos 3 anos. - Por outro lado, as **despesas correntes respeitantes a apoio à medicação, apoio à vacinação, apoio às rendas, transporte, habitação social, orçaram mais de meio milhão de euros, o que reflete também a aposta social do executivo municipal**; Por seu turno, as transferências correntes para as Juntas de Freguesia e associações ultrapassam os 602 mil euros. Em geral, no

que respeita à realização de despesas correntes concluiu-se que **todo o esforço de poupança foi canalizado para investimento**, verificando-se, ainda assim, o **princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que as receitas correntes são superiores às despesas correntes**. - No que se refere à *receita corrente* o relatório espelha um crescimento na ordem dos 1,6% comparativamente a 2014. Já a receita de capital verificou-se em 2015 uma diminuição de 2.1%, comparativamente a 2014, fruto, em grande medida, da inexistência de acesso a financiamento comunitário atenta a transição do antigo quadro comunitário para o atual que se verificou em 2015. - Apesar disso, a receita total cresceu 1.2%, crescimento que foi todo canalizado para o investimento, conforme já referi. - Por fim, em matéria da *Dívida Total*, verifica-se que, por força da lei o **limite da dívida total do Município em 2015 era de cerca de catorze milhões de euros** (14.7323.422,60€), sendo que a **dívida total orçamental do Município cifrou-se em pouco mais de 7 milhões de euros** (7.227.577,18€). Por isso, atualmente a **capacidade de endividamento do Município é de cerca de 1 milhão e quatrocentos mil euros** (1.437.627,24€). - Em 2015 a dívida do Município à banca rondava os quase 6 milhões de euros (5.853.398,75€), tendo durante todo o ano sido **amortizados cerca de 700 mil euros**. - Em 31 de dezembro de 2015, o relatório espelha que a dívida às empresas respeitava unicamente a *leasing's* (81.961,74€). Não existindo quaisquer dívidas a fornecedores. **C - Conclusão:** Em jeito de conclusão, posso afirmar que os dados do relatório apontam para um orçamento extremamente rigoroso, para uma gestão cuidada e cumpridora dos compromissos assumidos, tendo sempre em vista a aposta, nas pessoas, na ação social, no emprego e no território. Apesar de todos os constrangimentos financeiros vividos em 2015 sobretudo por força da transição entre quadro comunitários, o esforço de investimento manteve-se e toda a poupança alcançada foi canalizada para esse efeito, tendo sempre em vista o desenvolvimento do concelho de Amares e a melhoria da qualidade de vida da sua população.”--

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA:**- O exercício de execução que está em análise no documento de prestação de contas do ano de dois mil e quinze engloba as opções políticas dos partidos que participaram ativamente na gestão autárquica do Município no ano a que dizem respeito. Este documento é como retrovisor dos nossos carros, ou seja, permite-lhes analisar o percurso realizado nesse mesmo ano. Consideram ser importante recordar que o Partido Socialista participou ativamente nesta caminhada, atividade que está aliás muito na moda. Desde a sua idealização consubstanciada no orçamento e plano de investimentos, bem como na sua execução durante os primeiros nove meses do ano de dois mil e quinze. É caso para dizer, “afinal quem é o pai da criança?” O PSD não tem dúvidas e como sempre, assume a sua responsabilidade. Num contexto em que a responsabilidade política é factor diferenciador na relação de confiança entre as instituições públicas e os cidadãos, é fundamental que os partidos políticos e os políticos orientem a sua atuação tendo em conta o interesse de Amares e dos amarenses sem deixar que lógicas político-partidárias ou de interesse pessoal coloquem em causa esse objetivo. Da apreciação ao documento de prestação de contas de gestão de dois mil e quinze destacam os seguintes aspectos. Em termos de execução orçamental verifica-se globalmente um alinhamento entre o planeado e o executado, com taxas de execução da receita e despesa na

ordem dos 97% e 08%, respetivamente. O que traduz uma maior previsibilidade sobre o resultado final. Em segundo. Verifica-se um aumento das receitas próprias em relação à receita total o que aumenta a autonomia financeira do Município. Alertam, contudo, para o facto de à semelhança do ano anterior mais uma vez este aumento resultar da contribuição associada a impostos e taxas com o aumento na ordem dos duzentos e trinta quatro mil euros com foco nos impostos diretos. Em relação à despesa, destacam com preocupação os gastos em equipamento informático, *software* e outros serviços de natureza equivalente, pelo facto de terem sido muito elevados em relação a dois mil e catorze, rondando os trezentos e oito mil euros. Crê ser importante esclarecer a Assembleia Municipal em relação à motivação para esta despesa e qual a expectativa em termos de evolução para o ano corrente. Por último e sobre o investimento, entendem que é importante e fundamental que o investimento aumente. Que em dois mil e quinze ficou em cerca de 30% da despesa total e que esse aumento seja alavancado através da implementação de medidas e políticas necessárias para gerar capacidade de execução do Município em termos de projetos que, naturalmente, se irá traduzir na resposta aos problemas importantes que existem nas freguesias do nosso Concelho. E aqui refere-se a áreas como a educação, a cultura, acessibilidades que ainda têm grandes problemas de acessibilidades, ao desporto, tomando como exemplo talvez o equipamento que têm em Caldelas em termos de modernização do complexo desportivo das Cachadinhas. Ora, o PSD votará favoravelmente o documento de prestação de contas de dois mil e quinze. -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO:-** Referiu ser entendimento do MIAP que, independentemente se verificar um abaixamento do endividamento, é uma situação que é transversal a todos os Municípios ou a caso a maioria dos municípios portugueses. Isto não é muito extraordinário. Quanto ao equilíbrio de contas e tanto quanto sabem, elas sempre estiveram equilibradas. A própria lei o obrigava e, portanto, sempre que estiveram na Câmara as Contas estiveram equilibradas. Na questão da dependência de financiamento externo, tendo Amares as características e muitas dificuldades em criar riqueza, também continuam a considerar que se está muito dependentes de financiamento externo quer seja da banca quer seja até da própria Comunidade Europeia. Constatam que há um aumento exponencial na despesa corrente, portanto há aqui despesismo. Em relação àquele investimento que é estruturante têm alguma dificuldade, aliás na intervenção que o precedera acabara de ser examente dito isso, em que não se vê de facto um investimento forte sério e que seja estruturante e que alavanque outro e desenvolva o Concelho ou o Município. Referiu que vão entrar claramente num período eleitoral. A pergunta que se faz: a Câmara vai querer concretizar investimento? Sem fundos comunitários como é que o vai fazer? Vai recorrer a crédito bancário? Sim ou não? -----

----- **VALÉRIA SILVA:-** Relativamente a este ponto gostariam de salientar alguns aspectos sobre os quais consideram necessários refletir no sentido de corrigir ou alterar rumos ou torná-los mais proactivos. Pois, apesar de se poder questionar a paternidade da execução de um programa, não da elaboração, mas da execução, algo que não se pode questionar são os números e o que eles revelam. Assim, com análise de tal relatório da situação financeira da Sociedade

Revisores Oficiais de Contas, bem como os documentos de prestação de contas, destacam que uma grande parte do Orçamento vai para a Administração da Autarquia e dos encargos com o pessoal. O Município está profundamente dependente das transferências do Poder Central e, por isso, alegar uma eventual eficiência financeira não assegura uma autonomia financeira. Por parte dos Revisores de Contas lê-se a constatação de que o Município obteve cerca de 63% das suas receitas através de transferência obtidas e apenas cerca de 37% através de receita própria. Pelo que, mesmo para projetos cofinanciados, o Município terá de buscar em grande medida fora de si mesmo as verbas necessárias para a participação que lhe compete. A dívida a fornecedores em Conta Corrente aumentou também em 115%, Veja-se para finalizar esta análise a citação dos Revisores Oficiais referindo que “o Município não cumpriu em todas as fases o princípio do duplo equilíbrio previsto no POCAL dado que os recursos não cobrem todas as despesas. Como se pode concluir, apesar de existir um esforço no controlo da despesa, que não equilibrou as contas, qualquer hipotético equilíbrio só acontece à custa de falta de investimento estruturante ou por falta de incentivos ao mesmo investimento, o que deve consistir a nossa maior preocupação. Este facto leva-nos a duvidar da previsão do Município que prevê arrecadar um valor mais elevado de impostos diretos em dois mil e dezasseis, sabendo todos que o investimento no Concelho tem vindo a decair e os sinais vitais a definharem. Por último, apresentou os dados de um estudo denominado “*City Brand Ranking*” produzido por uma empresa reconhecida internacionalmente a *Bloom Consulting* que saiu a público este mês no jornal de negócios. Este estudo é elaborado através do cruzamento de diversos dados estatísticos relativos a três áreas chave – os negócios, o turismo e o viver. Tem como objetivo medir a força da marca dos Concelhos permitindo compará-los em diferentes áreas. No final, o estudo produz um *ranking* com todos os Concelhos do país a nível global e em cada uma das áreas. Ora este estudo revela, com tristeza observamos, que Amares tem nos últimos anos piorado a sua posição no *ranking* nas três áreas chave. Na área dos negócios Amares ocupava em dois mil e catorze a posição cento e vinte e sete, passando em dois mil e quinze para a cento e trinta e quatro e em dois mil e dezasseis na posição cento e quarenta e quatro. Na área do Turismo, em dois mil e catorze, Amares estava na posição cento e dezasseis, em dois mil e quinze na cento e dezassete e em dois mil e dezasseis na centésima vigésima segunda posição. Finalmente, na área para se viver, Amares, ocupava as posições cento e cinquenta e nove em dois mil e catorze, cento e sessenta e três em dois mil e quinze e cento e sessenta e oito no ano de dois mil e dezasseis. Amares piorou em todos os sectores descendo novamente no *ranking* geral. Sendo de destacar a quebra verificada na área de negócios, o que é bem elucidativo da falta de investimento que se tem verificado em Amares nos últimos anos. -----

----- **VITOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO**:- Começou por formular uma pergunta. O que muda este orçamento para os anteriores? É evidente que segue a mesma linha e isto é obviamente elogio, tem sido o trabalho que tem feito desde o início. Posicionou que efetivamente procuraria durante o seu mandato equilibrar as contas públicas e tem feito esse caminho. De facto é isso que aqui se alerta. Apesar de tudo não deixa de serem notórios alguns sintomas. Não é que sejam problemáticos, mas que, naturalmente, os fazem refletir um pouco, nomeadamente com a

redução da dívida às instituições de crédito de médio e longo prazo. Mantém essa linha. Reduzir a dívida a terceiros no curto prazo, mas aumenta a médio e longo prazo, nomeadamente a liquidez geral que diminuiu 1% e o próprio relatório alerta que há uma redução na capacidade de satisfação das suas obrigações exigíveis a curto prazo. Em termos de resultados operacionais, que foram positivos e isso é certo, foram entretanto inferiores a dois mil e catorze. Já havia sido feito o alerta sobre a despesa com o *software* informático, e sendo um defensor claro das tecnologias, é evidente que os Municípios têm de investir e têm de investir mais. Mas há uma coisa que o preocupa e aí está em linha de sintonia com o membro Martinho Braga, é que não faltam um conjunto de programas comunitários para subsidiar nomeadamente a modernização autárquica. Ainda bem recentemente tiveram um programa para ações conjuntas, onde obviamente estes equipamentos podem ser incluídos e acha que os Municípios devem fazê-lo. Se Amares não o fez, convinha de facto que estivessem mais atentos a este tipo de programas, porque, efetivamente, a modernização autárquica entra e cabe muito bem neste conjunto de programas que vão saindo. Deixam estes pequenos alertas a estes pequenos sintomas, porque, obviamente, entram no último ano. Também sabem que o último ano é uma tentação para que se faça obra e mais obra e chamam-lhe muitas vezes investimento. Costuma dizer que o investimento é aquele que é estruturante e aquele que lhes permite fazer crescer Amares. Passar daquilo que é tendência do território de baixa densidade. Muito bem, havia sido referido há pouco que o concelho de Amares não está classificado como território de baixa densidade. Muitas vezes recolhem-se nisso e têm obviamente que se confinar àquilo que está feito. Têm uma tendência que os levam para os territórios de baixa densidade e têm que o contrariar. Obviamente quando olham para muitas das freguesias do Concelho todas elas são claramente de baixa densidade. E estas tendências têm de ser invertidas, mas para isso é preciso investir. É preciso investir num Quadro Comunitário que obviamente abre e que os obriga a muito, mas que também os obriga a ter um plano, uma estratégia e um tronco comum que acha que ainda não conseguiu descortinar. Mas percebe que a estratégia inicial tem sido obviamente equilibrar as contas públicas. É evidente que não sendo este um orçamento do CDS, naturalmente respeitam, tal como lhe disseram desde o primeiro dia, essa opção, sendo certo efetivamente do ponto de vista do CDS poderiam fazê-lo de outra forma. Neste sentido e atendendo a estes considerandos, o CDS fará como fez do início abstendo de facto neste Relatório de Execução. -----

----- **ANTÓNIO MANUEL GUEDES PEREIRA:**~ salientou que fazia a presente intervenção um pouco em defesa da honra do Partido Socialista, pois o membro Martinho Braga, no início do seu discurso, primeiro atirou a criança para os braços do PS, perguntando quem é o pai da criança e no final da intervenção atirou a criança para os braços do PSD. A política é o brincar um pouco ao fuge-fuge, afinal gostava que o membro Martinho Braga dissesse quem é o pai da criança. Pois não sabe se é do PS ou se é o PSD. Pediu ao sr . Presidente da Câmara que esclarecesse afinal quem é o pai da criança. -----

----- **VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM DOZE ABSTENÇÕES, APROVAR OS DOCUMENTOS**

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2015 (Deliberação da C.M. de 2016/04/11).-----

PONTO QUATRO:- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL – ANO 2016 (Deliberação da C.M. de 2016/04/11);-----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

VOTAÇÃO DO PONTO QUATRO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR A 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL – ANO 2016 (Deliberação da C.M. de 2016/04/11);-----

PONTO CINCO:- PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO (Deliberação da C.M. de 2016/04/11);-----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA:-** Crê que todos concordam em relação à importância do papel do associativismo e da capacidade das Associações para promoverem o desenvolvimento nas mais diversas áreas e eixos da sociedade uma vez que são capazes de apresentar propostas de proximidade e muito específicas nas diferentes áreas. Portanto, desenvolver políticas de apoio ao Associativismo é de facto importante, contudo é necessário que este apoio seja estabelecido numa base de transparência e equidade. É necessário garantir a valorização do papel das Associações mais ativas e que mais contribuem para o bem comum. Quando uma parcela importante do orçamento é aplicada nesta área, cerca de quase meio milhão, é fundamental que as decisões de atribuição dos apoios sejam orientadas por regras conhecidas de entre todas as partes Município, Associações e Cidadãos. Por isso, o PSD encara de forma positiva regulamentar este processo. Para terminar deixavam apenas uma nota no sentido de o Executivo garantir que as normas previstas no Regulamento não levantem constrangimentos à operacionalidade de Associações com responsabilidade diferenciada no nosso Concelho. A título de exemplo deixava os Bombeiros Voluntários de Amares ou a Cruz Vermelha, nomeadamente a aplicação resultante das normas previstas no n.º 3, do artigo 10.º relacionados com o pagamento das prestações. Deixam aqui, por isso, uma sugestão de atempadamente junto destas instituições avaliar eventuais riscos decorrentes da mudança introduzida pelo Regulamento tendo em vista implementar medidas de alteração caso seja necessário. -----

VOTAÇÃO DO PONTO CINCO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO (Deliberação da C.M. de 2016/04/11);-----

PONTO SEIS – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL (VID. D.L. N.º 165/2014, DE 15 DE NOVEMBRO) – REQ. ROSA DE FÁTIMA DA SILVA CALDAS GUERRA – LOCAL: BARBADÃES – DORNELAS (Deliberação da C.M. de 2016/04/11).-----

----- **MARTINHO GONÇALVES ANTUNES BRAGA:-** Pediu ao Executivo que clarificasse qual é a atividade estratégica de interesse para o Concelho associado a este pedido uma vez que não é explicitado de forma direta no respetivo texto da ata. -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES:-** Disse que é uma casa de turismo rural em Dornelas que para proceder à pavimentação do acesso em zona da REN precisa da autorização e só é feito se for interesse municipal. -----

----- **VOTAÇÃO DO PONTO SEIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, O RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL (VID. D.L. N.º 165/2014, DE 15 DE NOVEMBRO) – REQ. ROSA DE FÁTIMA DA SILVA CALDAS GUERRA – LOCAL: BARBADÃES – DORNELAS (Deliberação da C.M. de 2016/04/11).** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

----- **OLÍVIA SAMEIRO TEIXEIRA BRANDÃO,** residente na Travessa do Olival n.º 79, Besteiros-Amares. Reportando-se ao assunto da Bracicla, Lda, referiu que estão em causa os postos de trabalho. Saliu que esteve desempregada sete anos, após ter trabalhado na Cálida e na Intipor que encerraram. Esteve um longo período desempregada. Agora abriu esta fábrica muito competitiva e muito dinâmica e diz que alguns moradores têm veiculado informações para os jornais que são uma pura mentira. Acha que é uma pura mentira, porque estão a colocar os postos de trabalho em risco e precisam de emprego em Amares. Não tem havido empresários que invistam em Amares. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara para olhar para os Jovens do Concelho, pois há muito desemprego. -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMARES:-** Saliu que também está do lado do empresário que trabalhe. De facto há postos de trabalho que têm de defender, mas também existe a vertente dos moradores. O problema está a ser tratado. A empresa está a laborar. O problema que se põe é de facto trabalhar para além das oito horas da noite e se tiver autorização da parte do ACT não há problema nenhum. A empresa vai continuar a laborar sem problema algum. -----

Seguidamente, pelo excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que a ata da presente reunião fosse aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. A Assembleia deliberou, por unanimidade, a sua aprovação. -----

----- Sendo dezasseis horas e dezanove minutos e não havendo mais nada a tratar, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a presente reunião (única), da segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Amares, da qual se lavrou a presente Ata, que tem com o suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, que dirigiu os trabalhos, e por mim, **Rui Agostinho Gonçalves Veloso**, Técnico Superior do Mapa de Pessoal único deste

Município, para tal efeito designado, que a redigi e dou fé de que tudo se passou como nela fica exarado. ~~~~~

Presidente da Assembleia Municipal
(João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros)

O Técnico Superior
(Rui Agostinho Gonçalves Veloso)